

Reajuste escolar máximo

Depois do novo cálculo mensalidades ficam

é de 69%

congeladas por um ano

Os alunos de escolas particulares de Brasília terão suas mensalidades escolares reajustadas no máximo em 66 por cento, no caso das escolas médias, e 69 por cento, para os cursos de nível superior. Este é o resultado da aplicação do decreto que regulamenta as anuidades escolares de acordo com o Decreto-lei 2.284, que institui a reforma monetária. Uma vez convertidas para cruzados, as mensalidades ficarão congeladas até março de 1987.

Segundo Edson Nunes, secretário-geral adjunto da Seplan e um dos autores da regulamentação, o critério de cálculo adotado — a média real dos últimos seis meses, a mesma utilizada para definir salários, aluguéis e prestações do BNH — favorece aos pais e estudantes, pois reduz o valor do reajuste inicialmente estipulado para este ano pelo Conselho Federal de Educação (CFE), de 89 por cento. Pela nova regra, até o ano que vem as mensalidades não mudarão com os reajustes salariais dos professores, antes integralmente repassados.

Ele explicou que o regulamento fixa como teto para o reajuste os índices de 73 por cento e 66 por cento, respectivamente para os alunos de escolas que concederam aumentos salariais aos seus professores em janeiro — caso específico das escolas de Pernambuco e as demais, incluindo Brasília. No caso das escolas de nível superior, onde as mensalidades de janeiro serão reajustadas pelo INPC de 69 por cento, e as de fevereiro pelo índice de CFE, de 89 por cento, a média de reajuste na maioria dos casos será de no máximo 69 por cento, considerando a média de setembro a fevereiro.

Para proceder ao cálculo

de como fica a sua mensalidade, o leitor deve descobrir a mensalidade média paga no segundo semestre do ano passado somando o que foi pago no semestres e dividindo por seis. O valor encontrado será atribuído aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. A mensalidade relativa a janeiro é a mesma dos quatro meses anteriores, reajustada em 69 por cento (ou 89 por cento no caso de Pernambuco). E a de fevereiro varia de Estado para Estado, dependendo dos reajustes autorizados pelos Conselhos Estaduais de Educação. Em Brasília repete-se o índice de 69 por cento, mas em outros Estados, como Minas Gerais os índices autorizados são maiores — de 101,4 por cento. A média final, contudo, nunca ultrapassará ao teto de 73 por cento nas escolas que reajustaram os salários de seus professores.

As mensalidades de setembro a fevereiro terão que ser corrigidas multiplicando-se cada uma pelo fator de conversão equivalente, constantes na tabela anexa. O total deve ser somado e dividido por seis obtendo-se assim a média real, que é a mensalidade válida a partir de agora.

Nunes disse que os números finais foram resultado de uma longa negociação que atendeu a todos os interesses, escolas, estudantes e a própria UNE, que propunha o índice de 69 por cento para as escolas superiores. Ele admitiu, contudo, que as escolas que não forem bem gerenciadas podem ter problemas com a queda na lucratividade. O técnico da Seplan atribuiu a isso a falta de planilhas detalhadas de custos que pudessem orientar com exatidão os parâmetros do Governo.

Fenen acha solução justa

A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) considera que o decreto sobre anuidades escolares, baixado ontem pelo presidente José Sarney, "não é a solução mas é bem mais justa que a anunciada anteriormente". O presidente da Fenen, professor Roberto Dornas, que acompanhou de perto todo o desenrolar do processo, manifestou ontem, em Brasília, satisfação com a solução adotada, uma vez que o Governo "acabou adotando a tese que a Fenen vinha defendendo desde o início".

Roberto Dornas disse que desde o início das negociações a Fenen defendia a aplicação de índices diversificados e a consideração

dos reajustamentos já concedidos aos professores por força da legislação então em vigor. E o decreto baixado pelo Presidente da República adotou exatamente tais considerações. Mas Dornas acha que alguns casos ficaram ainda com defasagem.

A Fenen insistia com o Governo no sentido de que para os meses de janeiro e fevereiro teria de se considerar um sexto da semestralidade autorizada para 1986, e não o valor efetivamente cobrado pela escola e pago pelo aluno. Disse que a entidade confia em que "os casos excepcionais ainda encontrem solução junto aos Conselhos de Educação".